



pt Reflexão Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

Diálogo com Jessé Souza

AN Original

A proposta desse diálogo é fruto das reflexões suscitadas pelo professor Jessé Souza nas conferências proferidas nos dias 22 e 29 de outubro, promovidas pelo Centro de Estudos Sociais (CES), com o tema: "Como o(...)"

Por Danielle Pereira Araújo, Jessica Bruno, Luana Coelho



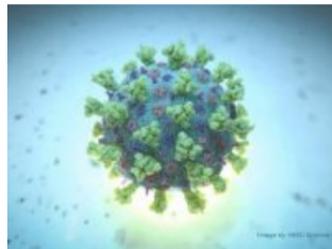
pt Reflexão Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

45 anos de (re)configurações no sistema ideológico: do Estado-educador ao avaliador

AN Original

Este texto vem a propósito das celebrações dos 45 anos de independência do Estado angolano e traz uma reflexão sobre as suas transformações ideológicas, desde a sua implementação histórica, e como estas(...)

Por João Ngumbe



pt Reflexão Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

A pandemia e os seus contextos

AN Original - Alice Comenta

Este artigo faz parte da série Alice Comenta da autoria da equipa do Programa de Investigação Epistemologias do Sul, publicada no Alice News com cadência semanal.

Por João Arriscado Nunes



pt Reflexão Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

A 'Desconstitucionalização' dos Direitos Sociais no Brasil

AN Original

Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães apresenta a Constituição Federal de 1988, a Constituição Cidadã. Fonte: Arquivo ABr

Por Laurisa Farias, Luísa de Pinho Valle



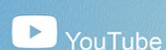
pt Reflexão Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

Moçambique, as mulheres e a pandemia - III

AN Original - Alice Comenta

Este artigo faz parte da série Alice Comenta da autoria da equipa do Programa de Investigação Epistemologias do Sul, publicada no Alice News com cadência semanal.

Por Teresa Cunha



Diálogo com Jessé Souza

AN Original

2020-11-13

Por Danielle Pereira Araújo, Jessica Bruno, Luana Coelho

A proposta desse diálogo é fruto das reflexões suscitadas pelo professor Jessé Souza nas conferências proferidas nos dias 22 e 29 de outubro, promovidas pelo Centro de Estudos Sociais (CES), com o tema: "Como o Racismo cultural, de classe e de raça criou o Brasil moderno?". Fazemos este diálogo por compreendermos que a disputa de conhecimento-poder impacta, globalmente, na realidade de vidas negras. Falar de racismo é falar sobre vida e morte e, portanto, nos toca naquilo que é vital.



As ideias são fortes fatores de sustentação do racismo, e a ideologia anti-negra foi (é) uma ferramenta muito concreta que estrutura nossas instituições. Assim, compreendemos que há duas maneiras em que estas reproduzem o racismo, uma é pela via da produção teórica parcial ou distorcida da realidade, e outra é pelo extermínio das insurgências.

Concordamos com Jessé Souza (JS) quando diz que as classes brancas se movem politicamente pelo ódio racial e que elas se mobilizam quando projetos políticos tentam mexer na balança de poder. Mas, diríamos que, mais do que por ódio, essas classes se mobilizam pelo medo. O medo branco da maioria negra brasileira, o medo branco de que essas massas negras venham tomar o que lhes foi saqueado. Esse é o medo colonial que guia os discursos e práticas contra o inimigo interno, "os criminosos", ou externo "os terroristas" e os "ilegais". Os quilombos já foram considerados organização criminosa e quem

matasse seus integrantes era premiado. Há muito foi Zumbi, recentemente, Marielle Franco. A categoria “ralé”, ainda que se trate de uma provocação, não dá conta dessa história.

Um dos maiores traços do pacto da branquitude na academia é o eterno “esquecimento” sobre o conhecimento-poder produzido por povos racializados. Por isso, ao falar de racismo faz-se necessário tomar o cuidado de não reproduzir a armadilha racista de apagar as narrativas críticas que foram produzidas por negras e negros, assim como seus projetos ético-políticos libertários. Ao falar sobre “imbecilidade” da produção acadêmica brasileira sobre o racismo, é preciso evitar o risco de re-inserir a síndrome de vira-lata ao não reconhecer a trajetória de produção de pensamento crítico negro. Desde a luta pioneira e abolicionista de Luís Gama (1830-1882), passando pela produção literária de Maria Firmina dos Reis (1822-1917), pela produção intelectual e o ativismo de Lélia Gonzalez (1935-1994) e de Beatriz Nascimento (1942-1995), são inúmeras as vozes insurgentes.

Em 1950, o Teatro Experimental do Negro – TEN colocava sobre a mesa o debate do racismo, enfrentado a falácia da democracia racial. No mesmo ano, Guerreiro Ramos faz duras críticas a produção da academia branca brasileira, que se centrou no “negro-tema”, a partir de marcos eurocêntricos e racistas. Para o autor, o “problema do negro” residia na patologia social do branco brasileiro que (re)produziu hierarquias raciais de poder. Ele também criticava a tendência culturalista das ciências sociais, que avaliava como positiva a ‘assimilação’ negra.

Em “Racismo e Sexismo na cultura brasileira”, Lélia Gonzalez apresenta uma crítica direta aos espaços acadêmicos brancos e o lugar reservado aos negros como “objeto” de pesquisa acadêmica. Segundo ela “o lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo” (1984, p. 224). No mesmo ano, Abdias do Nascimento proferia diante da Assembleia Nacional que “nós, pessoas negras, não fomos escravizados apenas em nosso físico; agrediram nosso espírito, nossa identidade; em nossa própria condição de seres humanos”, e ainda, que o racismo “é uma estrutura de dominação e exploração que está inserida em todo o tecido que forma isso que chamamos de cultura brasileira”.

Clóvis Moura (1988) já apontava como a produção teórica produziu a ideia do branco como competente, honesto e hábil ao trabalho, enquanto desqualificava o negro para o trabalho assalariado, pois seriam de “inteligência inferior, degenerado, amoral, indolente, bêbado e criminoso”. Moura acrescenta, ainda, que a maioria dos estudiosos do ‘problema do negro’ escreve “como se estivessem falando de um cadáver” e, colocam-se como “fora” do problema, criticando a pretensa neutralidade acadêmica.

Por muitos anos negras e negros têm produzido conhecimento sobre raça e racismo. O racismo é um processo de desumanização que, no caso de diversos povos africanos, rendeu-lhes o estatuto de mercadoria, fungível. A raça constitui um marcador corpóreo que associou povos inteiros a uma “cultura primitiva”, colocada em oposição à cultura branca “europeia”. O racismo, portanto, é um fenômeno complexo justamente por estar entrelaçado à “cultura”, “classe” e “gênero”. Assim, a divisão entre raça e cultura nunca ocorreu, e o capitalismo é racial em sua origem (Cornel West, 1994). Os “culturalistas” são também reprodutores dos mesmos significados e estereótipos da desumanização. Mesmo as teorias do racismo científico dos séculos XIX e XX não articulavam raça apenas por meio de características biológicas, muito pelo contrário, esses marcadores corporais estavam associados a uma cultura atrasada. JS afirma que o racismo científico seria o “racismo da raça” acabando por reafirmar a ideia de que raça biológica existe. É preciso dissociar a compreensão da raça da discussão biológica, sem apagar os marcadores corporais que definem a suposta “superioridade” branca (Hesse, 2007).

Neste ponto, é importante evitar os particularismos. Se o Brasil se estrutura sob o escravismo e sustenta o seu poder nas mãos dos brancos, é de se imaginar que tal construção encontra reflexo na supremacia branca que se consolida em escala mundial com o colonialismo. Então, por que Portugal seria uma exceção? Não foi e não é.

JS pontua que o Brasil não pode ser compreendido a partir da herança colonial Portuguesa, já que Portugal não se estruturou enquanto país no escravismo. Certamente a escala de escravização de povos africanos no Brasil é sem precedente, mas isso não significa um distanciamento das conformações políticas e ideológicas, ou mesmo legais e burocráticas a nível global, que conformaram o próprio território português, assim como a ideia de “Europa”. O território “Portugal” de hoje é de 1975, quando as lutas por independência dos territórios ocupados em África e Ásia foram vitoriosas. O racismo foi essencial para o controle do vasto território, pela possibilidade de criar diferenciações que permitiam a expropriação, espoliação e escravidão dentro dos marcos da legalidade. O Estatuto dos Indígenas Portugueses, por exemplo, diferenciava racialmente os cidadãos, sendo que os indígenas de “raça negra” poderiam ser sujeitos a trabalhos forçados, como forma a encontrar o “caminho da civilização”.

Portanto, o Brasil não é nem excepcional nem distante de Portugal, já que neste país vigorou um sistema de divisão racial legal até meados do século XX. Ademais, assim como a abolição da escravidão não acabou com as práticas raciais na construção do Brasil, também em Portugal, a revogação do Estatuto dos Indígenas Portugueses, em 1962, não acabou com a construção racial rígida que ainda vigora para compreender quem é Português, quem é o “bom colonizado” e quem é o indígena. Ainda é rotineiro para a população negra portuguesa escutar: “Volte para sua terra!”

Gostaríamos, por fim, de fazer duas pontuações que consideramos importantes para refletirmos acerca da relação entre conhecimento, poder e racismo. A primeira diz respeito a reprodução de enquadramentos teóricos, metodológicos e políticos acerca do racismo. Enquadramentos estes que não deram (e não dão) conta da complexidade do racismo institucional e todas as implicações para a estruturação das sociedades modernas, mas que continuam insistentemente a serem reproduzidos por parcela significativa da academia branca. A insistência no uso de abordagens caducas nos levam a refletir sobre a grande dificuldade da academia, em grande medida, em dialogar com as produções ditas marginais. Este diálogo com Jessé Souza é feito porque entendemos que é preciso disputar espaço e reivindicar a memória do legado da produção de intelectuais negros e negras para o pensamento social crítico.

45 anos de (re)configurações no sistema ideológico: do Estado-educador ao avaliador

AN Original

2020-11-11

Por João Ngumbe

Este texto vem a propósito das celebrações dos 45 anos de independência do Estado angolano e traz uma reflexão sobre as suas transformações ideológicas, desde a sua implementação histórica, e como estas foram contribuindo para a fixação de uma ideia de justiça, nas políticas sociais angolanas, e, em particular, legitimando o mandato atribuído à educação ao longo dessas quatro décadas e meia.



11 DE NOVEMBRO
DIA DA INDEPENDÊNCIA NACIONAL

Esta implementação do Estado, em meado da década de 70, como mecanismo de controlo do poder político, de soberania e de regulação da vida social, foi um processo histórico tenso. Tal tensão começa pela crítica formalizada da sua natureza pós-colonial como forma de fazer veicular um ideal universal de sociedade de menorização de modelos de representação social desfasados do paradigma da modernidade ocidental. Todavia, esta crítica, contra a proliferação isomórfica do Estado moderno e da ideia de “[institucionalismo mundial](#)”, em geral, encerra um argumento que pode não ter lugar nos contextos nos quais esta apropriação, da ideia de Estado e das suas instituições, foi emancipatória e no registo da captação das vontades dos seus cidadãos. Só para sugerir um exemplo desse tipo de tendência, é a China, cuja experiência com o sistema de produção hegemónico tem sido num registo que se situa nas antípodas do modo como é originalmente praticado no contexto da sua origem. Portanto, o nosso argumento com isto vai no sentido de que o Estado e as instituições que o enformam, independentemente do lugar em que se originaram epistemologicamente, pela primeira vez, são dispositivos racionais e, teoricamente, operam com base na vontade do povo que o corresponde e são, simultaneamente, os organizadores dessas vontades.

A universalidade da implementação da regulação estatal no mundo pós-colonial, justificou-se, não apenas com base no anterior argumento – como uma condição de sociabilidade razoável em todas as geografias e contextos humanos, uma vez que o que a preside, a regulação estatal, é a ideia da racionalidade com o argumento de que esta representa o bem mais proporcionalmente distribuído em toda a humanidade – como, também, tendo em conta o argumento do esgotamento cultural resultante da longa experiência de injustiça histórica operada no quadro político colonial. No fundo, é como se a aventura deste esgotamento da cultura de um povo, colonizado – para, numa de autocrítica e de benevolência, atribuir-lhe uma visão de mundo e de sociedade – significasse um sentido único de intervir na história. Porém, como já o extrapolamos, algumas dessas dimensões dos dispositivos do processo histórico da civilização humana configuram-se, não só em património comum da humanidade – na medida em que fazem sentido a sua reprodução ao nível do “[sistema-mundo](#)” – como lhes têm sido atribuídos significados diferentes em diferentes etapas e contextos.

As décadas de 80 e 90 foram determinantes para a estabilização de um sistema ideológico, dominante, aqui eleito como unidade de análise, a partir do qual se organiza toda actividade social. Trata-se, neste caso, de um sistema globalmente estabelecido, cuja proliferação se baseou no argumento político do alinhamento dos países pós-coloniais com uma ideia de progresso humano, como se tal significasse que nada mais pudesse ser possível, em termos civilizacionais, que não tivesse inscrito no ideal da globalização e do sistema capitalista e de tudo resto que o acompanha. Esta crença, enraizada no mundo todo, é tal que justificou, no contexto angolano, o desenvolvimento de uma guerra fratricida, que, sem dúvidas, frustrou algumas das promessas, nomeadamente a do Estado-educador, que se previam, inicialmente, com a sua implementação. Para além disso, podem identificar-se outros sinais de expressividade da ideologia dominante, nomeadamente pela narrativa que presidiu a todo um jogo democrático pela via das eleições, em 1992. Um significado de democracia que também contribuiu para uma aproximação do Estado angolano ao “mercado da cooperação” e das transferências de políticas de desenvolvimento e de ajustamento estrutural. Do ponto de vista das políticas educativas, tal ideologia promovera a entrada de novos actores no seu ciclo de produção, provisão e nos seus resultados e mecanismos de avaliação. No início do século XXI, ficou ainda mais claro este significado ideológico, que determina o estreitamento dos sistemas educativos com os produtivos, mais direccionado para as questões do mercado, que apela para a educação ao longo da vida, ao empreendedorismo, a educação para o trabalho e a empregabilidade, e outras formas de narratividade possível na arena da educação entendida nesses termos, de capitalismo global e do seu maior alargamento nos níveis de sua produção discursiva.

Só para dar mais ênfase, ocorre-nos citar a [Lei 13/01 de Baes do Sistema de Educação e Ensino de Angola](#), cuja implementação se justificou com o argumento da definição, depois de longos anos de guerra fratricida, de um modelo que contribuisse para uma substituição do sistema de produção de orientação socialista para o capitalista. Esta determinação, cada vez mais à maneira de senso-comum, das condições de imaginação política e cultural da educação, neste caso pela via institucional da “[política como texto](#)”, tem sido actualizada – nesta sua forma de manifestação, como [texto](#) e como [discursividade](#), nos últimos governos do [Movimento Popular de Libertação de Angola \(MPLA\)](#) – de uma narrativa do ensino de massas para uma que advoga a igualdade de oportunidades, a meritocracia e o alargamento do âmbito da sua provisão, pela via do discurso da autonomia institucional e da iniciativa privada na educação, com particular incidência no ensino superior, com base no argumento clássico da ineficácia e da diminuição das gorduras do Estado e da sua reconfiguração para uma função de avaliador.

Apesar da sua afirmação como texto e da determinação do seu “[contexto de influência](#)”, é ainda difícil caracterizá-lo nos seus resultados, o Estado-avaliador, como entidade analítica autónoma, no contexto angolano, uma vez que a sua prática tem sido atravessada pelo desafio, publicamente assumido no Governo do Presidente [João Lourenço](#), dos altos muros da corrupção e da consolidação da implementação do tal sistema ideológico, dominante, que temos vindo a referir desde o início deste texto, que é, de resto, um sistema que, tendo em conta a sua complexidade, têm um tempo de produção do seu [efeito](#), de mudança, que se prolonga para lá da experiência de tempo de vida de uma pessoa comum – com ansiedades, desejos e representações muito próprias em relação a sua ocorrência, e, em segundo lugar, são muito pouco apreciáveis cognitivamente. Todavia, as análises futuras a esta nossa, sobre essas questões sociais que procuramos enquadrar, da natureza do Estado-educador ao avaliador, de acordo com o entendimento que inscrevemos aqui, passa pelo (re)conhecimento das (re)configurações ideológicas que têm vindo a estabilizar-se no interior do aparelho do Estado, que, como referido, determinam o tipo e o modo social.

João Ngumbe é Mestre em Ciências da Educação, domínio de “Educação, Comunidades e Mudança Social”, pela Universidade do Porto-Portugal.



EPISTEMOLOGIAS
DO SUL



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Universidade de
Coimbra - Alta e Sã
Instituição de Ensino Superior
a Ciência e a Cultura
Mundial em 2013



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificados como original licenciados de acordo com a fonte.

Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.

Original contents licensed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

A pandemia e os seus contextos

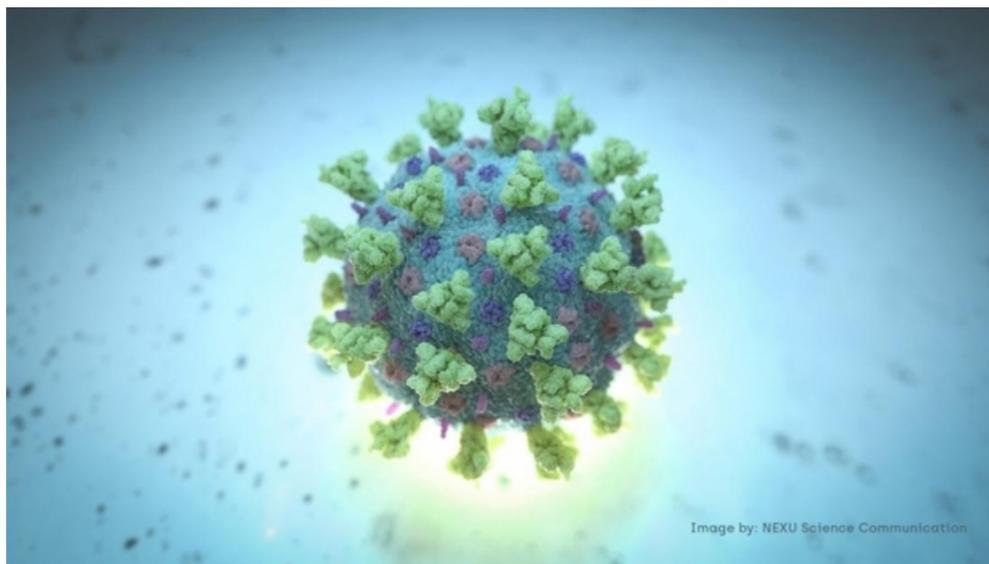
AN Original - Alice Comenta

2020-11-10

Por João Arriscado Nunes

Este artigo faz parte da série Alice Comenta da autoria da equipa do Programa de Investigação Epistemologias do Sul, publicada no Alice News com cadência semanal.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) lançou um alerta recente para os efeitos da pandemia de Covid-19 na resposta à tuberculose – a doença infecciosa que mais mata hoje no mundo –, estimando-se esse efeito em cerca de 200 000 a 400 000 mortes em excesso. Estas ocorreriam, sobretudo, em países do Sul global, incluindo aqueles que a incidência da doença é maior, como a África do Sul, Índia e Indonésia. A transferência, nesses países, de recursos financeiros, equipamentos e pessoal de saúde – especialmente para actividades de detecção de casos e de rastreamento de contactos – para a resposta à pandemia tem como resultado recuos significativos nas medidas de prevenção e combate à tuberculose, potenciando os efeitos devastadores da Covid-19.



Se a pandemia aparece como um fenómeno global, a sua manifestação específica em diferentes contextos nacionais, regionais e locais e em populações e comunidades diversas apresenta diferenças consideráveis, que resultam da relação entre as dinâmicas globais da infecção pelo vírus SARS CoV-2, a história da presença de outras entidades patogénicas – incluindo o bacilo da tuberculose, o parasita da malária, o HIV ou os vírus da gripe sazonal –, a sua relação com doenças crónicas como a diabetes, as doenças cardiovasculares, as doenças renais ou o cancro, e a existência de condições que vulnerabilizam populações e comunidades e diferenciam socialmente a exposição à doença, tais como as condições de trabalho, de habitação e infraestrutura, de água potável e alimentação, de acesso a apoios sociais, à educação e a cuidados de saúde, a exposição a formas diversas de violência, a segregação e discriminação racial, étnica, religiosa e de classe, de género, de orientação sexual e de idade, e das pessoas com deficiência ou diagnosticadas ou estigmatizadas com a atribuição de distúrbios mentais. Muitas destas formas de discriminação e de estigmatização convergem em experiências de exclusão que definem modos muito diferentes de viver na sombra da pandemia, em que a vulnerabilização de pessoas, comunidades e grupos da população, quando não são traduzíveis para o idioma dos grupos de risco reconhecíveis pela epidemiologia são muitas vezes silenciadas e invisibilizadas ou consideradas como uma preocupação secundária em relação à urgência do enfrentamento da pandemia. Nicole Bulled e Merrill Singer, num comentário sobre a situação na África do Sul, mostram como os efeitos da pandemia e as respostas a esta podem contribuir para um efeito de soma zero ou soma positiva quando são ignoradas as sinergias que ligam diferentes patologias, infecciosas e não-transmissíveis, e as condições de existência de populações, comunidades e grupos vulnerabilizados.

A análise das dinâmicas globais ligadas a formas persistentes de dominação – como o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado – ajudam a compreender a política global de enfrentamento da emergência sanitária, incluindo a corrida às soluções de tipo “bala mágica”, como terapias e vacinas, e a previsível distribuição desigual dos seus resultados. Mas os seus limites tornam-se claros quando se considera a diversidade de contextos em que se materializa a pandemia e as condições que propiciam ou dificultam a sua expansão e mitigação. A revista The Lancet, uma das publicações mais influentes no domínio da medicina e da saúde pública, tem vindo a lançar um desafio à revisão das estratégias da saúde global que reconheça, por um lado, a diversidade de contextos em que a pandemia se manifesta e, por outro, a necessidade de dar conta não só das intersecções e interações entre diferentes patologias que se reforçam mutuamente em condições de infecção por SARS CoV-2, e das sinergias entre

processos biológicos, sociais, políticos, culturais e ecológicos que criam as condições para a propagação do contágio e a sua resistência aos esforços para o conter ([https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)32000-6](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)32000-6); [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)32131-0](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)32131-0);). O título provocatório de um editorial da revista, assinado por Richard Horton – “Covid-19 não é uma pandemia” – abre caminho a uma outra caracterização da Covid-19 como uma sindemia.

O conceito de sindemia foi proposto e desenvolvido a partir da década de 1990 pelo antropólogo Merrill Singer para dar conta dessas relações e intersecções, e apresentado como uma versão de um conjunto mais amplo de abordagens biosociais da saúde e da doença. Em 2017, uma série de artigos publicados em *The Lancet* contribuiu para uma difusão desta perspectiva, que viria a ser mobilizada para descrever a emergência sanitária em curso. O seu interesse e relevância residem não só na capacidade – demonstrada no comentário acima referido sobre a situação na África do Sul – de dar conta das condições históricas e estruturais que permitem compreender as respostas às emergências em saúde, mas também da sua atenção à experiência do sofrimento sistémico, às histórias de pessoas que sofrem, que, através dos seus testemunhos e da participação na construção colaborativa de um conhecimento construído a partir dessa experiência tornam visível o que o olhar centrado na epidemiologia e nos saberes legitimados pela ciência (incluindo as ciências sociais) não conseguem reconhecer, e que por isso ignoram ou desqualificam.

A atenção à experiência do sofrimento sindémico convida a considerar os problemas que resultam de segregações sectoriais de medidas de resposta à pandemia, entre a protecção da saúde pública e a manutenção das actividades económicas ou, atravessando o próprio sector da saúde, entre a atenção prioritária à pandemia e a manutenção do acesso às unidades de saúde de portadores de doenças crónicas ou daquelas pessoas que procuram cuidados básicos de saúde. A abordagem sindémica postula que a resposta à pandemia não pode ignorar os processos que contribuem para criar a situação de crise nas suas configurações específicas em diferentes contextos. Ela permite trabalhar de forma colaborativa na procura de respostas para as manifestações singulares da pandemia global nessa diversidade de contextos ([https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)32218-2](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)32218-2)).

Mas é importante também que ela possa contribuir para construir respostas que, como nos lembra Boaventura de Sousa Santos, sejam capazes de distinguir, em cada contexto e em cada situação, aquilo que é urgente do que é importante, e responder ao que é urgente sem abandonar ou ignorar o que é importante. Como mostra o alerta da OMS sobre o provável crescimento de casos de tuberculose e de recuo no enfrentamento desta em países em que ela é endémica, nem sempre as condições para enfrentar urgências são compatíveis com a atenção a outros problemas que, por sua vez, podem criar um terreno propício ao agravamento do problema a que se procura responder através das medidas de urgência.

A compreensão sindémica das crises sanitárias poderá ser fortalecida no diálogo com a concepção ecológica defendida pelas epistemologias do Sul, e que, seguindo Boaventura de Sousa Santos, procura reconhecer o carácter relacional e complexo das situações consideradas: os processos que convergem num contexto sindémico transformam-se pelas relações em que entram com outros. Nesse processo configuram-se novas relações em que, por exemplo, a pandemia pode ser caracterizada nas suas diferentes manifestações em contextos diversos pelo modo como se liga a outras patologias e a condições sociais, económicas, políticas, culturais e ecológicas que delimitam as condições da sua eficácia, mas também da sua vulnerabilidade. Por sua vez, o reconhecimento dessas novas configurações pode contribuir para a construção de ecologias de saberes e de práticas de indagação e de cuidado que mobilizem as experiências saídas das lutas contra as condições de vulnerabilização de populações, comunidades e grupos, e os seus diálogos com a diversidade existente no mundo de saberes da doença e da cura, incluindo a biomedicina e a saúde pública.

João Arriscado Nunes é Professor Catedrático de Sociologia da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, co-coordenador do Programa de Doutoramento “Governança, Conhecimento e Inovação” e Investigador Permanente do Centro de Estudos Sociais. Membro do Conselho Consultivo da Associação Portuguesa de Sociologia. Membro da coordenação do projeto ALICE - Espelhos estranhos e lições imprevistas, dirigido por Boaventura de Sousa Santos e financiado pelo European Research Council (2011-2016). Foi Pesquisador Visitante na Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), no Rio de Janeiro (2011-2012), e Director Executivo do CES (1998-2000). Os seus interesses de investigação centram-se nas áreas dos estudos de ciência e de tecnologia (em particular, da investigação biomédica, ciências da vida e da saúde pública, da relação entre ciência e outros modos de conhecimento), da sociologia política (democracia, cidadania e participação pública, nomeadamente em domínios como ambiente e saúde), Direitos Humanos e teoria social e cultural (com ênfase no debate sobre as “duas culturas”). Mais recentemente, coordenou os projectos de investigação “Avaliação do estado do conhecimento público sobre saúde e informação médica em Portugal”, no âmbito do Programa Harvard Medical School - Portugal e “O envolvimento da ciência com a sociedade: ciências da vida, ciências sociais e públicos - BIOSENSE”, ambos financiados pela Fundação para a Ciência e Tecnologia. Coordenou e participou em vários projectos nacionais e internacionais (com coordenação de equipas portuguesas), entre os quais se incluem “European Patient Organizations in the Knowledge Society- EPOKS”; “Deepening Ethical Engagement and Participation in Emerging Nanotechnologies - DEEPEN”; “Researching Inequality through Science and Technology - ResIST”; “Governance, Health and Medicine. Opening Dialogue between Social Scientists and Users - MEDUSE”, financiados pela Comissão Europeia. Foi membro do “steering committee” da rede European Neuroscience and Society Network - European Science Foundation, e fez parte da Public Health Genomics European Network - PHGEN. Tem coordenado e (co) organizado vários eventos científicos nacionais e internacionais, entre os quais se destaca o Ciclo “Ciências da Vida e Sociedade: Desafios da Era Pós-Genómica” (2007/08) (em colaboração com o Centro de Neurociências da Universidade Coimbra) e “Exploring Biomedicine” (2007), em colaboração com o Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar e o Instituto de Biologia Molecular e Celular da Universidade do Porto. Foi co-organizador dos livros *Enteados de Galileu: A Semiperiferia no Sistema Mundial da Ciência* (Porto: Afrontamento, 2001); *Reinventing Democracy: Grassroots Movements in Portugal* (London: Frank Cass, 2005) e *Objectos Impuros: Experiências em Estudos Sobre a Ciência* (Porto: Afrontamento, 2008) e autor de publicações diversas. Integrou o Conselho Editorial das revistas *Cadernos de Saúde Pública* (Fiocruz) e *Ciência e Trópico* (Fundação Joaquim Nabuco). Foi membro do Conselho da European Association for the Study of Science and Technology (EASST).

A ‘Desconstitucionalização’ dos Direitos Sociais no Brasil

AN Original

2020-11-10

Por Laurisa Farias, Luísa de Pinho Valle



Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães apresenta a Constituição Federal de 1988, a Constituição Cidadã. Fonte: Arquivo ABr

No domingo dia 25 de outubro, chilenos e chilenas foram às urnas e declararam a morte da Constituição herdada da ditadura Pinochet, de 1980. Após 30 anos da vigência de uma Carta exemplar do neoliberalismo, que não assegurou direitos e garantias sociais básicos, (como saúde, educação, seguridade social), a sociedade chilena decidiu por uma nova Constituição, a ser elaborada por Convenção Constitucional com 155 representantes: 50% mulheres e 50% homens, escolhidas/os por eleição direta e sem a participação do Congresso. Mas por que falamos do plebiscito ocorrido no Chile, no final de outubro? Porque o Brasil está a passar por um processo inverso.

Já no Brasil, no dia 27 de outubro, o líder do Governo na Câmara dos Deputados, Ricardo Barros (PP-PR), propôs um plebiscito para uma nova Assembleia Constituinte, justificado a exemplo do Chile. Irônico seria se não fosse a trágica orquestração em andamento, capitaneada pelo Governo Federal, do desmonte dos direitos sociais estabelecidos na Constituição Federal de 1988 (CF/88). Conhecida como Constituição Cidadã, substituiu a Carta anterior, de 1967, do Regime Militar, e sua elaboração ficou marcada pela ampla participação de grupos populares e é a Constituição mais democrática da história do país. A proposta de Barros não nos parece uma ação espoletada pelo plebiscito chileno. Confirmam nossa percepção episódios recentes ocorridos contra a ordem social celebrada na Carta, em especial contra a saúde e meio ambiente.

Segundo o deputado, a CF/88 “torna o país ingovernável” e é necessário “escrever muitas vezes nela a palavra deveres, porque a nossa Carta só tem direitos e é preciso que o cidadão tenha deveres com a Nação”. A expertise do ‘jurista’ Barros, (graduado em engenharia), provavelmente, foi desenvolvida no curso de seus seis mandatos como parlamentar. Em 2015, quando das discussões sobre a Lei Orçamentária para 2016, ele propôs cortes de 50% nas despesas de custeio e de 90% investimento da Justiça do Trabalho, para “estimular uma reflexão sobre a necessidade e urgência” de mudanças, afinal “é fundamental diminuir a demanda de litígios na justiça trabalhista.” Disse ainda: “As regras atuais estimulam a judicialização dos conflitos trabalhistas, pois são extremamente condescendentes com o trabalhador.” Tornar a Justiça do Trabalho menos onerosa para ele significa dificultar, ou mesmo impossibilitar, o cumprimento das leis trabalhistas para trabalhadoras e trabalhadores. Não à toa que ele retoma agora sua convicção sobre deveres que deverão compor nova Constituição do país.

O mesmo Barros foi ministro da Saúde do Governo Temer (2016-2018). Como tal declarou que “o tamanho do SUS precisa ser revisto”, pois “não dá pra dar tudo a todos” e que “quanto mais gente tiver plano de saúde (privado), melhor”. Para o então ministro da Saúde, “os pacientes do SUS inventam ou imaginam doenças”, além de sua misoginia: “os homens trabalham mais, são os provedores da maioria das famílias e não acham tempo para se dedicar à saúde preventiva”.

No dia seguinte ao plebiscito chileno, segunda-feira, dia 26 de Outubro 2020, o presidente Bolsonaro assinou o Decreto nº 10.530, abrindo, expressamente, o caminho para a privatização dos serviços das Unidades Básicas de Saúde (UBS). Evidenciado o intencional desmonte do Sistema Único de Saúde (SUS), patrimônio da população brasileira, inúmeras críticas foram imediatamente publicizadas, como a do Conselho Nacional de Saúde. O decreto foi revogado dois dias depois de ser assinado.

A privatização do sistema público de saúde significa a exclusão de milhões de brasileiras/os de acesso à saúde. De acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde, divulgada em setembro pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 7 em cada 10 brasileiras/os, cerca de 150 milhões de pessoas, dependem exclusivamente do SUS para tratamento. No próprio site do SUS está escrito que “é um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo, sendo o Brasil o único país com mais de 100 milhões de habitantes a garantir assistência integral e completamente gratuita.”



Além de ser inconstitucional, privatizar o SUS retirar o acesso à saúde de 150 milhões de pessoas. Fonte: Instituto Lula

Em plena pandemia global da Covid-19, que foi minimizada pelo Governo Federal, o ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta foi demitido. Nelson Teich, que o sucedeu, ficou na titularidade menos de um mês. Ambos são médicos. Teich foi substituído por um general, Eduardo Pazuello, que, por sua vez, contraiu a Covid-19. Pazuello foi internado logo depois de ser desmentido publicamente pelo presidente sobre a compra de vacina produzida por laboratório chinês em parceria com o Instituto Butantan. Um cenário que reforça o descaso com a saúde do povo brasileiro e fortalece o processo de desconstitucionalização dos direitos sociais.

Antes mesmo da pandemia evidenciar ao mundo a política genocida do governo Bolsonaro, já estava em marcha a ‘desconstitucionalização’ dos direitos e garantias protetivas, estabelecidos no artigo 225: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo”.

De acordo com Human Rights Watch, as multas aplicadas pelos agentes do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), por crimes e infrações ambientais, desde outubro do ano passado, foram suspensas e não serão pagas, em razão de um decreto de Bolsonaro daquele mesmo mês. Em resumo: há um ano quem pratica crime ambiental não é penalizado. Além disso, o governo segue sua estratégia de desmantelar o IBAMA, com a demissão de servidores e a redução drástica da destruição de escavadeiras, tratores, balsas, caminhões e outros veículos de grande porte usados por desmatadores e garimpeiros ilegais.

O Observatório do Agronegócio do Brasil publicou recentemente que gado, carvão, cana e soja estão por trás do desmatamento milionário no Pantanal. A reportagem apresenta uma lista com 58 infratores autuados pelo IBAMA, com multas acima de R\$ 1 milhão, nos últimos 25 anos. Investigação publicada pela Agência Pública traz à tona a relação íntima existente entre políticos e empresas do agronegócio com o tráfico da cocaína no Brasil.

Além do desmatamento e da devastação ambientais ocorridos nos últimos meses na Amazônia, no Pantanal e no Cerrado brasileiros, o litoral brasileiro era o próximo alvo. Na mesma semana em que Barros e Bolsonaro atentaram contra a CF/88, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), que é presidido pelo ministro do Meio-Ambiente, Ricardo Sales, revogou regras de proteção a manguezais e de restingas da zona costeira. Mas o Supremo Tribunal Federal (STF) revogou aquela decisão do Conselho. Sem nenhum aparato de proteção, aqueles biomas costeiros certamente irão desaparecer, haja vista o desmatamento ilegal na Amazônia continuar impune e desenfreado.

Os ocupantes do Palácio do Planalto e seus aliados não são um bando de broncos e desvairados. É preciso cuidado com um governo que conta com a aprovação de 40% da população, segundo pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI) de setembro. Recomenda-se cautela com um governo que tem mais de seis mil militares em cargos civis, de acordo com dados do Tribunal de Contas da União

(TCU), divulgados em julho. Recomenda-se prudência na lida com um capitão a quem generais estrelados prestam continência.

É urgente fazer coro e abraçar a luta contra o desmantelamento “Da Ordem Social” da Constituição Federal de 1988, em toda sua dimensão e alcance, com os/as atores/atrizes e organizações sociais populares que realizam, no corpo-a-corpo diário, o “direito achado na rua”. Lembramos Ailton Krenak, integrante da Assembleia Constituinte de 1987: “O que saiu dali foi um documento com uma marca cidadã. Termos um documento tão moderno, do ponto de vista dos direitos sociais, acabou gerando uma série de ataques de grupos contrários, o que ocorre até hoje. É preciso continuar lutando por esses direitos.”



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



1290
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Universidade de
Coimbra - Alta e Sufre
inscrita na Lista do Património
Mundial em 2013



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

Moçambique, as mulheres e a pandemia

- III

AN Original - Alice Comenta

2020-10-20

Por Teresa Cunha

Este artigo faz parte da série Alice Comenta da autoria da equipa do Programa de Investigação Epistemologias do Sul, publicada no Alice News com cadência semanal.



Face aos problemas e dificuldades que se apresentam às mulheres e raparigas em Moçambique, porque esse é o meu foco, é muito importante mostrar que elas estão não apenas atentas, mas estão a produzir conhecimentos e a tornar possível colocar em prática diversas alternativas. Além disso tomam posição pública e fazem recomendações concretas para o presente e o futuro.

Nos vários encontros e discussões foram levados a cabo nos últimos 5 meses através das plataformas digitais mais de 300 mulheres, de várias idades e proveniências participaram em diferentes webinárias promovidas pelo Fórum Mulher. Desse processo resultaram várias reflexões que estão na base da visão do mundo e da sociedade se apresenta. A lição aprendida em colectivo é que nada pode ficar como dantes e que o cuidado com a vida tem que estar no centro das nossas utopias, horizontes, e acção política para vivermos em sociedades de paz e justiça sexual e social.

Um mundo onde a violência não pode ter lugar

No nosso mundo a violência não pode ter lugar e, por isso, a primeira coisa que precisamos fazer é reconhecer que as mulheres e meninas foram, ao longo dos séculos, as pessoas mais vitimizadas por todos os tipos de violência, em especial, em tempos de conflito, desastres, crises e pandemias. A segunda é pedir perdão publicamente, como sociedade, por todas as vezes que nos calámos ou somos, de alguma maneira, instrumentos de violência simbólica, física, sexual, económica ou emocional contra elas. A terceira, é implementar mais políticas públicas com medidas concretas e efectivas das quais destacamos:

- abrimos canais permanentes de diálogo entre a sociedade civil, o estado e o governo para identificação colaborativa dos problemas e das soluções a concretizar;
- formamos e dotamos com meios adequados mais equipas para apoiar as mulheres e as meninas implementando medidas de mitigação como o afastamento imediato de mulheres e meninas dos agressores e mantemos uma rede nacional de Casas Seguras;
- trabalhamos em conjunto com as lideranças locais, formalistas médicas/os, enfermeiras/os, educadoras/es para deslegitimar cultural e politicamente todos os actos de violência mostrando que eles são contra a nossa cultura e identidade e o bem-estar de todas e todos;

Um mundo onde a saúde precisa de ser bem cuidada porque é um bem de todas e todos

Percebemos também que é preciso inverter a ordem das prioridades nacionais e decidimos investir a

maioria da nossa riqueza colectiva nas áreas sociais como educação, segurança social e saúde. Os desastres ambientais, a guerra e as pandemias têm-nos ensinado o quanto é importante prestar uma atenção especial à saúde sexual e reprodutiva das mulheres e das meninas assim como à sua saúde mental e emocional. Assim, é preciso ampliar o que já temos com as seguintes medidas:

- criar uma política pública de serviços de planeamento familiar, saúde sexual e reprodutiva e de acompanhamento psicológico à distância e colocar à disposição nas unidades sanitárias o acesso a contraceptivos de longa duração porque cuidar da saúde das mulheres e meninas é cuidar de toda a sociedade;
- organizar equipas móveis, devidamente formadas e protegidas, para apoio domiciliário, nomeadamente a grávidas, lactantes e vítimas de violência sexual;

Um mundo onde os trabalhos das mulheres são reconhecidos, valorizados e garantem-lhes direitos

Reconhecemos que a economia do cuidado, levada a cabo por mulheres e raparigas de todas as idades na sociedade é a maior e a mais resiliente de todas as economias. Alimentar, limpar, proteger, ensinar, produzir e processar a comida, apoiar emocionalmente as/os familiares, ensinar as crianças tudo o que precisam saber para crescerem felizes e com saúde, machambar, são alguns dos trabalhos que fazem parte da vida de quase todas as mulheres do mundo. Estes trabalhos, repetidos todos os dias com esforço e valentia, são necessários para que a vida aconteça e valha a pena ser vivida. Além destes, as mulheres fazem comércio, têm empregos, costuram, pescam, são operárias ou vendedoras. Se as mulheres parassem de trabalhar, dentro e fora de casa, o mundo pararia. Por isso, neste novo mundo que estamos a construir são muito importantes as seguintes medidas:

- valorizar e apoiar os circuitos curtos de produção e comercialização de alimentos e outros bens essenciais com políticas de protecção fiscal e criação de infraestruturas de transporte e venda;
- estabelecer regras de protecção do emprego e atribuir benefícios fiscais às empresas que mantêm os empregos e cumprem com todos os direitos trabalhistas;
- estabelecer um Rendimento Mínimo Universal atribuído nomeadamente às mulheres chefes de família, para garantir o direito a uma vida digna;

Um mundo onde a cidadania de todas e todos é um exercício de partilha de autoridade e poder

Constatámos que esta pandemia, como outras crises e desastres, atinge de maneira diferente mulheres e homens. Em muitos casos, o impacto na vida das mulheres não é apenas desigual, mas é mais violento, atingindo-as de forma desproporcional assim como a todas as pessoas que dependem delas. Por isso, é absolutamente indispensável que elas estejam presentes desde o momento em que se começa a pensar sobre o que há a fazer, até ao momento de avaliar o que já se fez e se decidir o que se vai fazer a seguir. Neste novo mundo a partilha da autoridade e do poder é equitativa e decidimos pelas seguintes políticas:

- implementar a paridade total (50%/50%) entre mulheres e homens em todos os processos de análise, compreensão dos problemas e na tomada de decisões relativas ao estado de emergência como também nos processos subsequentes de recuperação da economia, da normalização da vida cívica, política e cultural do país.
- estabelecer que a paridade só é substantiva quando são envolvidas mulheres provenientes de várias gerações, dos vários sectores da sociedade, de todas as regiões, falantes de várias línguas e com diferentes tipos de competências. O mesmo deve ser aplicado ao conjunto de homens intervenientes nos processos de decisão;
- apoiar e garantir a liberdade e a independência dos meios de comunicação social e proteger os direitos de todas/os as/os cidadãs/ãos de informar e ser informada/o;
- fazer uma fiscalização permanente e democrática da acção das forças de segurança, policiais e militares, junto das/os cidadãs/ãos, em especial das mulheres e meninas;
- fazer a fiscalização dos preços praticados nos mercados formais e informais dos bens essenciais à vida e criar mecanismos legais de penalização das empresas, comerciantes e outros agentes económicos que provoquem, artificialmente, a escassez com vista à especulação dos preços;

Só há liberdade a sério quando houver a paz, o pão, habitação, saúde e educação

Estamos seguras que é imprescindível iniciar um processo de reflexão democrática e paritária, sobre o modelo de desenvolvimento de modo a permitir, no futuro, a paz, justiça social baseada na justiça de sexual e cognitiva, na soberania alimentar, na conservação da biodiversidade, no uso dos recursos naturais para benefício de todas e todos e o combate às alterações climáticas. Para tal é preciso:

- criar comissões paritárias para um amplo diálogo com vista à refundação democrática da nação para atingir um desenvolvimento justo para todas e todos, em harmonia com o ambiente e conseguir uma paz efectiva e duradoura.

Teresa Cunha é doutorada em Sociologia pela Universidade de Coimbra. É investigadora sénior do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra onde ensina em vários Cursos de Doutoramento; co-coordena a publicação 'Oficina do CES', os ciclos do Gender Workshop. Coordena a Escola da Inverno 'Ecologias Feministas de Saberes' e o Programa de Investigação Epistemologias do Sul. É professora-adjunta da Escola Superior de Educação do Instituto Superior Politécnico de Coimbra e investigadora associada do CODESRIA e do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique. Em 2017, foi agraciada com a Ordem de Timor-Leste pelo Presidente da República Democrática de Timor-Leste. Os seus interesses de investigação são feminismos e pós-colonialismos; outras economias e economias feministas mulheres; transição pós-bélica, paz e memórias; direitos humanos das mulheres no espaço do Índico. Tem publicados vários livros e artigos científicos em diversos países e línguas dos quais se destacam: Women InPower Women. Outras Economias criadas e lideradas por mulheres do sul não-imperial; Never Trust Sindarela. Feminismos, Pós-colonialismos, Moçambique e Timor-Leste; Ensaio pela Democracia. Justiça, dignidade e bem-viver; Elas no Sul e no Norte; Vozes das Mulheres de Timor; Timor-Leste: Crónica da Observação da Coragem; Feto Timor Nain Hitu - Sete Mulheres de Timor»; Andar Por Outros Caminhos e Raízes da Participação.



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



Universidade de
Coimbra - Alta e Sã
Instituição de Particular
Mandada em 2013



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.